

Inocência quer fim de subvenção ao IPC

Carlos Menandro

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), afirmou ontem que "alguma medida" deve ser adotada para acabar com a subvenção da União aos cofres do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), que representa hoje dois terços dos recursos financeiros do órgão. É essa subvenção que assegura o recebimento de aposentadorias proporcionais por ex-parlamentares — mesmo os que ainda ocupam cargos eletivos ou exercem funções na administração pública — que tenham cumprido mais de oito anos de mandato. O valor mínimo dessa aposentadoria este mês corresponde a NCz\$ 1.542,98, enquanto o máximo equivale a NCz\$ 5.980,23. A proposta apresentada pelo vice-presidente da Câmara consiste no aumento das alíquotas de contribuição dos associados para tornar o IPC auto-suficiente. Alguns parlamentares consideram que aposentadoria para oito anos de trabalho e "às custas dos contribuintes é uma imoralidade", defendendo a extinção do IPC.

Relação

A edição de ontem do *Jornal de Brasília* publicou a lista dos 683 ex-parlamentares que recebem pensão do IPC. Um dos beneficiários é o presidente José Sarney, que recebe NCz\$ 5.346,32 pelos 27 anos de mandato eletivo. Os ministros da Cultura, José Aparecido de Oliveira, e da Justiça, Oscar Dias Corrêa, também constam da lista de pensionistas do IPC, percebendo respectivamente NCz\$ 2.332,29 e NCz\$ 3.923,02. O ex-ministro da Justiça, Paulo Brossard, que hoje ocupa uma cadeira de ministro no Supremo Tribunal Federal, recebe por oito anos de mandato NCz\$ 1.542,98. Os presidenciáveis Leonel Brizola (PDT) e Aureliano Chaves (PFL) também fazem parte da lista de aposentados.

Governadores

Até mesmo pessoas que ocupam cargos eletivos têm direito a aposentadoria proporcional do IPC. Dentre elas o governador de São Paulo, Orestes Quércia, que tem pensão de NCz\$ 2.332,29 pelos 12 anos de mandato e o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, que recebe pensão de igual valor. Os prefeitos de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga (PSDB) — apesar dos seus 42 anos — e de João Pessoa, Wilson Braga (PDT), também são aposentados pelo IPC.

Os parlamentares têm opiniões divergentes em relação aos objetivos e situação financeira do IPC. O deputado José Serra (PSDB-SP) considera essa situação "inaceitável" referindo-se tanto a possibilidade de aposentadoria após oito anos de mandato, quanto a necessidade de repasse de recursos da União para o pagamento destas pensões. Na constituinte, Serra e o deputado José Genoíno (PT-SP) apresentaram uma emenda proibindo repasse de verbas públicas



Os membros do Conselho Deliberativo do IPC, reunidos ontem, consideram suficientes as provas contra Gustavo de Faria

para instituições de previdência privada, mas ela foi rejeitada pelo plenário.

Contribuição

O parlamentar tucano acha "que deputados e senadores deveriam contribuir com a Previdência Social, sendo o tempo para a aposentadoria o mesmo estabelecido na Constituição, ou seja, 35 anos de trabalho, para o homem, e 30, para a mulher. É da mesma opinião o líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), que considera a aposentadoria, após oito anos de mandato, "um privilégio inconcebível".

O deputado José Genoíno (PT-SP) disse que a bancada petista não defende a extinção do IPC, desde que o órgão seja custeado "apenas" pelas contribuições dos associados. Ou seja, os recursos do IPC representariam somente a soma dos 10% da remuneração dos contribuintes obrigatórios (parlamentares) e dos facultativos (funcionários), além dos 20% dos salários dos associados que a Câmara e o Senado, na condição de patrões, repassam para a instituição. Segundo Genoíno, o efeito prático dessa medida seria a diminuição do valor das pensões, enfatizando que "assim o sistema fica mais justo."